

MÁRIO DUAYER

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

VALOR COMO FORMA DE MEDIAÇÃO SOCIAL: INTERPRETAÇÃO DE MARX A PARTIR DE POSTONE

Recebido em 10/02/2020

Aprovado em 19/03/2020

VALOR COMO FORMA DE MEDIAÇÃO SOCIAL: INTERPRETAÇÃO DE MARX A PARTIR DE POSTONE

Resumo

O artigo trata da interpretação proposta por Postone da teoria crítica do valor de Marx. O cerne da exposição consiste na apresentação do valor enquanto forma de mediação social específica da sociabilidade do capital, uma forma de mediação indireta, o que implica a existência de um tipo específico de trabalho, que é a substância do valor – trabalho abstrato. Além disso, evidencia-se que essa sociabilidade indireta produz formas de dominação também específicas – dominação abstrata –, sem esquecer que valor também é forma específica de riqueza da sociedade capitalista – riqueza abstrata – e forma automediadora e modeladora da objetividade e subjetividade do mundo dos seres humanos.

Palavras-chave: valor; mediação Social; Marx; Postone.

Classificação JEL: B24, B51.

MÁRIO DUAYER

Professor Titular Aposentado da Faculdade de Economia da UFF, Coordenador do GEPOC-UFF.

E-mail: mddier@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5885-6037>

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Professor Permanente do PPGE-UFF, Coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-MARX-UFF.

E-mail: phfaraujo@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

Abstract

The article deals with the interpretation proposed by Postone of the critical value theory of Marx. The core of the exhibition is the presentation of value as a form of social mediation specific to the sociability of capital, a form of indirect mediation. This implies the existence of a specific type of work which is the substance of value – which is also specific abstract labor. In addition, it is evident that this indirect sociability produces forms of domination also specific – abstract domination –, without forgetting that value is also a specific form of wealth of capitalist society – abstract wealth – and an automatic and shaping form of the objectivity and subjectivity of the human kind world.

Keywords: value; social mediation; Marx; Postone.

Para justificar o presente trabalho é preciso antes de tudo sublinhar a importância da interpretação crítica proposta por Postone (2014). O autor defende que a reconstituição da dimensão crítica da análise de Marx tem por condição o exame crítico das interpretações correntes do pensamento marxiano qualificadas de modo genérico por ele como marxismo tradicional. Não surpreende, portanto, que sua obra tenha dado origem a reações muitas vezes ressentidas que, em virtude disso, leram de maneira enviesada o que a obra trazia de original e inovador. Daí a relevância que atribuímos ao presente trabalho, cujo objetivo consiste em apresentar de maneira sintética os elementos principais da construção teórica de Postone, na expectativa de dirimir dúvidas e equívocos e, ao mesmo tempo, mostrar como sua interpretação resgata a genuína dimensão crítica do pensamento maduro de Marx.

Apesar de se concentrar especificamente na contribuição de Postone para uma restauração da dimensão crítica do pensamento de Marx, antes disso, à guisa de introdução, o trabalho recorre a textos do próprio Marx que indicam a centralidade das categorias com base nas quais Postone constrói seu argumento e elabora sua crítica às interpretações correntes no interior do marxismo.

I. Considerações iniciais

Em seu grande rascunho investigativo preparativo para a redação de *O Capital*, os assim intitulados *Grundrisse*, Marx chama atenção para o caráter mercantil da sociedade capitalista, do nexos indireto, via troca, da sociabilidade. E afirma que o pressuposto histórico para essa mercantilização universal da vida social foi a dissolução de todas as formações sociais pré-capitalistas, nas quais o que imperava eram relações de dependência fixa, pessoal, na produção. A dissolução dessas formações sociais tem como resultado o fato de que todos os produtos e atividades tornam-se valores. Consumada tal dissolução, a atividade ou o produto do indivíduo funciona para ele como meio de acesso aos produtos e atividades de todos os outros

indivíduos. Nesse contexto, Marx nota que, para o indivíduo, “a transformação do produto em meio de vida para si próprio devem depender do consumo de todos os outros”. Em suma, o que Marx sublinha, nesse caso, é que a dependência recíproca universal dos produtores entre si “se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral” (2011, p. 104)¹.

Se os indivíduos, ao trocarem suas mercadorias, formam uma conexão social na condição de trabalhadores, pode-se depreender que na análise de Marx o trabalho opera como mediador social. O que significa dizer que a conexão social só pode se dar pelo trabalho, porque, como se pode inferir do texto, se o capitalismo se caracteriza pela troca generalizada, segue-se que ele já dissolveu “todas as relações fixas (históricas), de dependência pessoal dos produtores entre si” (*idem ibidem*). Por conseguinte, fica estabelecido já nos *Grundrisse* que a principal relação constitutiva da sociabilidade sob o capital é o trabalho, que é o nexos, o vínculo social fundamental entre os indivíduos.

Talvez não haja outra passagem de Marx que rivalize com essa no que diz respeito à ênfase no problema do estranhamento universal próprio da sociedade capitalista. Dessas breves considerações sobre o caráter mercantil da sociedade capitalista, Marx indica que a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos enlaçados pela troca de mercadorias forma sua conexão

¹ Marx ironiza os economistas (e é bem verdade que sua ironia vale não somente para os economistas) ao recordar que eles compreendem essas circunstâncias aludindo ao puro individualismo abstrato. Segundo o qual “cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral”. Marx salienta que, à medida que cada indivíduo persegue seu interesse privado, não necessariamente é realizada a totalidade dos interesses privados, ou seja, o interesse geral. Contra tal absurda dedução abstrata, diz Marx, seria possível deduzir justamente o oposto: que a afirmação do interesse privado de cada um constitui um obstáculo para a afirmação do interesse do outro, “e que desta *bellum omniun contra omnes*, em lugar de uma afirmação universal, resulta antes uma negação universal”. Mais interessante do que essa crítica puramente lógica é a crítica substantiva de Marx, de acordo com a qual o interesse privado é sempre um interesse socialmente determinado, “e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados”. Em outras palavras, o interesse privado é um interesse que reproduz tais condições e meios sociais. Numa indicação da relevância da categoria do estranhamento, Marx arremata essas considerações notando que de fato se trata de interesse das pessoas privadas, mas que está dado por condições sociais *independentes* de todos e que determinam seu conteúdo, sua forma e seus meios de realização.

social – sociabilidade de “indivíduos mutuamente indiferentes”. Dado tal tipo de conexão social, o que os indivíduos produzem é meio de compra, valor, que se expressa no valor de troca, em última análise, no dinheiro. O valor é a expressão dessa conexão social específica. Se a atividade ou o produto de cada indivíduo é apenas meio de compra para si, fica claro que o poder que cada indivíduo “exerce sobre as atividades dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele” (*ibidem*, p. 105) como proprietário de dinheiro. Por essa razão, Marx pode concluir que o poder social do indivíduo e, portanto, o seu nexos com a sociedade, ele os traz no bolso².

Seria possível mostrar o mesmo ponto com outro argumento. Produção de valor é produção que articula impessoalmente os produtores diretos, ou seja, os trabalhadores. Todos os modos de produção pré-capitalistas baseavam a articulação dos trabalhadores e, por conseguinte, o modo de produção, em relações sociais diretas – de dominação e servidão etc. Portanto, para articular trabalhadores que não estabelecem qualquer relação sem a intervenção do capital, ou seja, cuja relação social é nenhuma sem a intervenção do capital, sem seu assalariamento, é preciso que tais relações pré-capitalistas tenham sido dissolvidas pela dupla expropriação – dos trabalhadores diretos de suas eventuais posses (direito de acesso à terra, instrumentos de trabalho etc.) e dos não-trabalhadores de seu monopólio das condições de produção (formas de propriedade não-mercantis). Somente com essa dupla expropriação pode a produção ser produção de valor, produção que articula trabalhadores “externamente”. Produção crescentemente social de trabalhadores não-sociais – *i.e.*, cuja sociabilidade se estrutura pelo trabalho, por meio do assalariamento ao capital.

Em inúmeros momentos o texto marxiano deixa patente a relação entre o caráter mercantil do capitalismo, a mediação pelo trabalho, em outras palavras, pelo valor, e o estranhamento. Numa das últimas passagens dos

² Nesse ponto Marx agrega uma observação que ressalta a peculiaridade da produção social sob o capital quando ele afirma que “a atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua qualidade particular; é o valor de troca, isto é, um universal em que toda individualidade, peculiaridade é negada e apagada”. (2011, p. 105)

Grundrisse, por exemplo, Marx trata de maneira explícita do estranhamento. Nesse contexto, Marx examina o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, qual seja, o crescimento necessário das condições objetivas do trabalho – trabalho objetivado – em relação ao trabalho vivo. Tal resultado, sob a ótica do capital, obscurece o fato de que “um dos momentos da atividade social, o trabalho objetivo, devém o corpo cada vez mais poderoso do outro momento, trabalho subjetivo” (*ibidem*, p. 705). Na verdade, nesse resultado as condições objetivas do trabalho ganham uma autonomia “cada vez mais colossal” em relação ao trabalho vivo. Com isso a riqueza social “se defronta com o trabalho como poder estranho, dominador, em proporções cada vez mais poderosas”. Marx trata aqui do processo de objetivação pelo trabalho, põe a ênfase não na objetivação, mas no fato de que o objetivado não pertence ao trabalhador, “mas às condições de produção personificadas, isto é, o capital, o enorme poder social objetivado que o próprio trabalho social contrapõe a si mesmo como um dos seus momentos” (*idem ibidem*).

No continuado esforço para ressaltar a importância da categoria do estranhamento na sua crítica da economia política, Marx sustenta que, dado o caráter mercantil da formação da vida social sob o capital, para os indivíduos, o caráter social de sua atividade, a forma social do seu produto e a sua participação na produção aparecem para eles como algo estranho, como uma coisa. Em lugar de se apresentarem para eles como sua conduta recíproca, os confronta como relações que os subordinam e cuja existência deles depende.

A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa. No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder pessoal em poder coisificado. (*ibidem*, p. 105)

Para não concentrar o comentário exclusivamente nos *Grundrisse*, é importante assinalar que as mesmas determinações da sociedade capitalista são capturadas em *O Capital*, em especial, mas não exclusivamente, na seção

primeira do Livro I. Ressaltando que sua estrutura é distinta da presente nos *Grundrisse*, e considerando que o objetivo nesse caso é distinto dos *Grundrisse*, *O Capital* apresenta um conjunto categorial mais preciso e articulado já que Marx tratava de expor, pelo desdobramento de suas categorias básicas, a estrutura e a dinâmica da sociabilidade posta pelo capital – valor em movimento de autoexpansão. É preciso sublinhar que o trabalho como categoria mediadora já está indicado, presente nos capítulos iniciais, muito embora Marx não use a expressão mediadora de maneira explícita. O mesmo se pode dizer do estranhamento claramente exposto no item 4 do capítulo 1 (“O fetichismo da mercadoria e o seu segredo”).

2. O trabalho abstrato

O enraizamento da interpretação de Postone (2014) no próprio Marx fica de início patente quando ele afirma que não analisa o capitalismo em termos de mercado e propriedade privada dos meios de produção. Em lugar disso, dá destaque à forma historicamente específica, impessoal, de interdependência entre os indivíduos e que se apresenta como se fosse objetiva. Dispensa maiores comentários o fato de que, assim procedendo, ele está se reportando ao que foi visto acima na análise dos *Grundrisse*. Como Marx, Postone mostra que essa forma de interdependência se concretiza em formas de relações sociais historicamente específicas e que se apresentam independentes das pessoas. Portanto, extraíndo essas inferências do caráter mercantil da sociedade capitalista, da mesma maneira que Marx, o autor pode concluir que o capitalismo representa uma forma de dominação social nova e crescentemente abstrata, forma essa que subordina as pessoas a imperativos e constrangimentos estruturais. Se, ainda com Marx, o autor tem razão em sua análise, e se o capital se caracteriza pela dominação abstrata, pode-se afirmar que a subordinação das pessoas não pode ser entendida em termos redutíveis à dominação concreta, por exemplo, dominação pessoal, de grupos, de classes etc. Em conformidade com essa reconceitualização das relações e formas de dominação próprias do capitalismo, o autor defende que

é possível elaborar uma teoria capaz de analisar as características sistêmicas da sociedade moderna, tais como “seu caráter historicamente dinâmico, seus processos de racionalização, sua forma particular de ‘crescimento econômico’, seu modo de produzir dominante” (POSTONE, 2014, p. 18). Tal reconceitualização da análise do capitalismo feita por Marx é vista não como teoria das formas de dominação e exploração no interior da sociedade moderna, mas como teoria social crítica da própria natureza da modernidade.

Postone sustenta que o seu trato com a teoria crítica de Marx enfatiza a centralidade do trabalho para a vida social sob o capital, geralmente interpretada como o núcleo da teoria social marxiana. No entanto, Postone ressalta que, nas obras maduras de Marx, a categoria trabalho tem um significado distinto do que tem na interpretação corrente. Em outras palavras, em Marx a categoria trabalho é historicamente específica e não transistórica. O que significa afirmar que a ideia de que o trabalho constitui o mundo social e é fonte de toda riqueza não se aplica à sociedade em geral, mas à sociedade moderna ou capitalista. Em Marx o trabalho não é analisado como metabolismo do ser humano com a natureza, ou seja, não é analisado abstratamente como atividade teleológica para o atendimento de necessidades humanas em geral. Ao contrário, Marx descobre o caráter peculiar do trabalho na sociedade capitalista. Nessa sociedade, o trabalho constitui uma forma de mediação social historicamente específica e que se apresenta como objetiva.

Essa reconsideração da categoria trabalho na análise marxiana tem profundas consequências para uma interpretação adequada da formação social do capitalismo. Se o trabalho é uma forma de mediação social e constitui a sociedade, daí decorre que, na análise de Marx, a crítica à produção é central e possibilita a análise da moderna sociedade capitalista como uma “sociedade dinamicamente regulada e estruturada por uma forma historicamente específica de mediação social. Tal forma, embora socialmente constituída, tem um caráter abstrato, impessoal e que se apresenta como se fosse objetivo” (*ibidem*, p. 19). Segundo Postone, tal abordagem permite

fazer uma clara distinção entre perspectivas críticas no interior da tradição marxista. Por um lado, existe a posição que interpreta o pensamento marxiano como uma crítica ao capitalismo do ponto de vista do trabalho. Essa crítica se baseia numa concepção transistórica do trabalho, pois pressupõe que na vida social há uma tensão estrutural característica do capitalismo entre a propriedade privada e a esfera social constituída pelo trabalho. Nesse caso, portanto, o trabalho é a base da crítica ao capitalismo, é o ponto de partida de elaboração da crítica. Por outro lado, há a perspectiva crítica que concebe o pensamento marxiano como crítica ao trabalho no capitalismo e, de acordo com a qual, o trabalho no capitalismo é historicamente específico e impregna as estruturas sociais dessa sociedade. Nesse caso, portanto, o trabalho é o objeto da crítica elaborada por Marx.

Sustentar tal perspectiva, segundo Postone, tem por condição o exame crítico das interpretações correntes do pensamento de Marx, que o autor qualifica, de maneira genérica, como marxismo tradicional. Decerto, o principal problema dessas abordagens usuais é a sua estruturação com base em uma noção transistórica de trabalho. Se o trabalho é concebido de maneira transistórica, tem-se como corolário que é o modo de distribuição que caracteriza o capitalismo. Caso o caráter historicamente específico do trabalho no capitalismo não seja reconhecido, as forças produtivas não são objeto de discussão, sendo tomadas como dimensão puramente técnica. O modo de produzir não entra em discussão, sendo capturado de maneira eminentemente técnica, de maneira tal que a crítica tem que se circunscrever à forma como a riqueza social é distribuída. Nas palavras de Postone, se o trabalho é compreendido de modo transistórico, segue-se que, [o]

que varia historicamente é o seu modo de distribuição e administração sociais, em outras palavras, o trabalho e, conseqüentemente, o processo de produção são ‘forças de produção’ incrustadas em conjuntos variáveis de ‘relações de produção’ – que, supostamente, são extrínsecas ao trabalho e à produção. (*ibidem*, p. 148)

Sob essa ótica, a riqueza no capitalismo também não é específica e o valor não passa de uma categoria de mercado, ou seja, de equilíbrio econômico. Para o autor, a crítica dessas abordagens tem que restituir a especificidade histórica do trabalho e da riqueza material produzida por esse trabalho. Na formulação de Marx, o duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor) já subentende que a riqueza no capitalismo também tem um duplo caráter, ela é riqueza material e valor, sendo o valor a determinação histórica específica. Da mesma maneira, o trabalho que produz mercadoria tem duplo caráter, do que se infere que tal trabalho não pode ser reduzido a trabalho em geral.

Fica esclarecido, portanto, que nesse caso o valor é determinado como forma de riqueza historicamente específica. E que o valor, em lugar de ser meramente uma categoria de equilíbrio de mercado, constitui a relação social historicamente específica do capitalismo – na qualidade de categoria mediadora social. Com isso, Postone pode sublinhar que o processo de produção incorpora as relações de produção e não envolve simplesmente as forças produtivas. Por essa razão, interpretado corretamente, no quadro teórico de Marx o modo de produzir longe está de ser um processo meramente técnico, pois é plasmado “pelas formas objetivadas das relações sociais (valor, capital etc.)” (*idem ibidem*). Desse procedimento crítico é possível afirmar que a crítica marxiana é crítica do trabalho no capitalismo e, em consequência, não tem como ser reduzida à crítica da exploração do trabalho e do modo social de distribuição. Daí se pode concluir, igualmente, que a contradição básica do capitalismo não consiste em contradição entre esfera da produção e distribuição, mas é intrínseca à produção propriamente dita – isto é, produção da vida em seu conjunto.

Tendo em vista essas considerações, é possível abordar o problema da dominação e o seu contrário, o da liberdade. O reconhecimento da historicidade das formas sociais do capitalismo estende-se também ao problema da dominação: aqui a forma de dominação é específica. Nas formações pré-capitalistas, de acordo com Marx, relações de dominação se

baseavam em relações de dependência pessoal. O capitalismo, ao contrário, caracteriza-se por uma independência pessoal no interior de um sistema de dependência objetual (coisal). Tal dependência objetual (coisal) nada mais é do que as relações sociais que se independentizaram de indivíduos independentes (aparentemente) e a eles se opõem. O que marca o capitalismo é o modo peculiar de existência das relações sociais essenciais. Tais relações não são relações interpessoais manifestas, mas consistem em estruturas aparentemente independentes que se contrapõem aos indivíduos. Estruturas que se apresentam como esfera de necessidade impessoal e dependência objetual deixam patente que, no capitalismo, tem-se um sistema de dominação impessoal abstrata, que não parece social, mas coisal, objetual: as pessoas dependem das coisas e não de pessoas. Nos *Grundrisse* Marx destaca a forma peculiar de dominação no capitalismo: as pessoas são dominadas pela produção. A produção social que subsume os indivíduos existe fora deles como destino. Numa evidente indicação da falta de liberdade típica do capitalismo, os indivíduos não subsumem a produção, que não é gerida por eles como seu poder e riqueza em comum. Essa forma de dominação social no capitalismo, ou seja, em que os indivíduos estão subordinados à produção ou, o que dá na mesma, são dominados pelo trabalho social, permite concluir que não há como compreender a dominação social no capitalismo como dominação e controle dos muitos e do seu trabalho por poucos. Vale dizer, não é possível explicar a dominação social no capitalismo com base na categoria exploração. De acordo com Postone, no capitalismo “o trabalho social não é unicamente objeto da dominação e da exploração, mas é o fundamento essencial da dominação” (*ibidem*, p. 150). Dominação abstrata significa a dominação das pessoas por estruturas sociais aparentemente independentes, abstratas, mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria. Com isso é possível afirmar, como faz Postone, que nas obras maduras de Marx tais formas de relações sociais constituem a concretização sócio-histórica consumada do estranhamento como dominação autogerada. E essas formas sociais subentendem uma lógica dinâmica que coage e compele os indivíduos.

Essas formas sociais ainda permitem sugerir que o capitalismo, apesar de ser uma sociedade de classes, não tem a dominação de classe como fundamento último da dominação social. Na verdade, a própria dominação de classe pressupõe uma forma de dominação superior– abstrata³. Para retomar a questão da liberdade vinculada ao problema da dominação, o autor chama atenção para a necessidade de

reconceituar as pré-condições fundamentais para a realização mais plena possível da liberdade humana geral. Tal realização envolve a superação de formas manifestas de dominação social e pessoal, bem como das estruturas de dominação abstratas. Haveria que analisar as estruturas de dominação abstrata como base fundamental da falta de liberdade no capitalismo e redeterminar as categorias marxianas como categorias críticas daquelas estruturas. Esse seria o primeiro passo para restabelecer a relação entre socialismo e liberdade, uma relação que se tornou problemática no marxismo tradicional. (*ibidem*, p. 151)

Para enfatizar a natureza historicamente específica da crítica de Marx, o autor chama atenção, antes de tudo, para o fato de que Marx explicitamente afirma que está iniciando a análise pela mercadoria pressupondo o capitalismo plenamente desenvolvido e, por extensão, trabalho assalariado e capital (já mencionado na introdução desse trabalho)⁴. Nesse particular, na verdade Marx é taxativo ao dizer que as circunstâncias sob as quais a maioria dos produtos, senão todos, assume a forma de mercadoria são as que “ocorre[m] sobre a base de um modo de produção específico, o modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 244).

Se mercadoria é forma universal do produto, é crucial destacar não só o seu duplo caráter quanto o do trabalho que a produz: valor de uso, produto do trabalho concreto, particular; valor, objetivação do trabalho humano abstrato. Nesse momento o autor considera relevante salientar que o modo de apresentação de *O Capital* não é histórico como muitas vezes é considerado.

³ Para uma discussão a esse respeito, vide Araujo (2016a, 2016b, 2018a e 2018b).

⁴ Na verdade, como já foi explicado na Introdução, a produção generalizada de mercadorias tem de pressupor trabalho assalariado e, por conseguinte, capital.

Caso a progressão da análise da mercadoria ao dinheiro e deste ao capital fosse de fato histórica, Marx estaria descrevendo um desenvolvimento histórico imanente e, portanto, o caráter especificamente histórico da sua análise do capitalismo estaria perdido. De acordo com Postone, se *O Capital* expõe um desenvolvimento histórico-lógico que vai ao capital (na análise da forma valor), tal lógica é retrospectivamente aparente e de forma alguma imanente-necessária. Recorrendo-se a Bhaskar e Lukács, talvez esclareça mais o procedimento marxiano dizer que Marx não adota uma inferência indutiva, mas retrodutiva (Bhaskar), explanatório-causal. Ainda nesse particular, Postone defende que, para Marx, só existe uma lógica histórica imanente: a da formação social capitalista. Como sabemos, Lukács, por exemplo, discordaria dessa afirmação, pois para ele o desenvolvimento e complexificação do ser social é direcional, pressupõe o aumento da produtividade do trabalho social e envolve, portanto, uma certa lógica. Contudo, não se trata de uma lógica mecânica, linear, entendimento que concilia as posições dos dois autores. De toda forma, é importante não perder isso de vista, a ideia de lógica histórica imanente de Postone é muito fecunda para expressar a dinâmica do capital. Com isso, depreende-se que as formas sociais que a crítica da economia política de Marx captura categorialmente são historicamente determinadas. Se, como quer Marx, a forma valor do produto do trabalho é a mais abstrata e mais geral do modo de produção burguês, segue-se que tal modo de produção é tipo particular de produção social historicamente específica. Toda digressão de Postone tem por finalidade reafirmar que a análise da mercadoria pela qual Marx inicia a crítica é análise de forma social específica. Em sua opinião, Marx analisa a mercadoria – determinação inicial e mais geral da produção capitalista – como forma de prática estruturada e estruturante. Sendo forma geral e totalizante, “forma elementar” da formação capitalista, a mercadoria, ao ser investigada, deve revelar as determinações essenciais da análise marxiana do capitalismo, em especial as características específicas do trabalho.

Postone considera importante enfatizar a especificidade histórica das categorias valor e preço. Em primeiro lugar, ele observa que, na análise

marxiana, a mercadoria é forma social generalizada na sociedade capitalista, de modo que se pode acusar de equivocadas todas as interpretações que veem, nos primeiros capítulos do Livro I de *O Capital*, Marx apresentando um modelo de sociedade pré-capitalista onde há troca generalizada, livre concorrência, muito embora não haja capital, pertencendo aos trabalhadores o produto integral do seu trabalho. O comentário crítico tem o seu valor porque, embora hoje em dia ninguém defenda ostensivamente tal posição, ela subjaz muitas interpretações. Portanto, ao contrário do que essas interpretações subentendem, Marx em sua análise busca capturar o núcleo do capitalismo mediante as categorias mercadoria e valor. Na verdade, a própria ideia de um estágio pré-capitalista de produção simples de mercadorias é absurda. A rigor, pode-se dizer que é uma impossibilidade lógica. De fato, das duas uma: ou se imagina que os seres humanos emergiram indivíduos isolados e progressivamente se socializaram – alternativa tão ridícula que dispensa argumento –, ou se presume que a produção simples de mercadorias (isto é, de produtores isolados e independentes) emerge com a dissolução das muitas e variadas formas de sociedades antecedentes – suposição que sequer é capaz de explicar como esses trabalhadores isolados puderam superar em produtividade as diversas e variadas formas de trabalho socializado das variadas formas de sociedade que presumidamente superaram.

Ainda com relação à inexistência histórica de produtores independentes de mercadorias, é preciso insistir no caráter social da produção, ou seja, que a produção sempre tem caráter social. Por conseguinte, os organismos sociais de produção pré-capitalistas foram desapropriados e dissolvidos, dando origem a outro mecanismo social de produção, mais produtivo – por isso capaz de desapropriar/dissolver os demais. Em síntese, a história não transitou da sociedade para o atomismo. Ao contrário, o atomismo é que pressupõe uma forma histórica e específica de sociedade⁵. Tudo isso permite afirmar de maneira categórica que a lei do valor é válida unicamente para o capitalismo. E a teoria do valor, por essa razão, captura a

⁵Ver Marx (2011, pp. 104-105).

verdade da lei da apropriação da sociedade capitalista. Consequentemente, é possível afirmar que as categorias iniciais de *O Capital* são historicamente específicas, ou seja, apreendem as formas sociais próprias do capitalismo. Todavia, como essas categorias não parecem válidas para formas superiores e mais complexas de capital, trabalho assalariado, renda etc., muitos autores acusam a teoria de Marx de inconsistência. Por isso é preciso rebater essas críticas para sustentar a especificidade histórica das categorias. As críticas de inconsistência da teoria de Marx e da especificidade histórica concentram-se no chamado problema da transformação. Segundo reza a crítica (Böhm-Bawerk), há uma incompatibilidade entre os Livros I e III de *O Capital*: enquanto no Livro I as mercadorias se trocam por seus valores, no Livro III elas se trocam de acordo com seus preços, que divergem dos valores. Supostamente Marx se surpreende com essa discrepância flagrante na redação dos manuscritos preparatórios para o Livro III e propõe soluções consideradas logicamente incongruentes. Em oposição à alegação dos críticos, a divergência entre valores e preços já é sublinhada por Marx na redação do próprio Livro I, assim ele não teria como se surpreender ao perceber tal discrepância no tratamento do material preparatório do Livro III. Mais do que isso, os manuscritos do Livro III foram escritos antes da publicação do Livro I.

Com relação a esta questão, Postone argumenta, em primeiro lugar, que a intenção de Marx não seria a de operacionalizar a lei do valor, vale dizer, explicar o funcionamento do mercado. Em sua opinião, Marx tinha outro objetivo. A sua análise da relação valor \times preço não era encarada como um processo de aproximações sucessivas à realidade do capitalismo, como se as primeiras categorias estivessem “distantes” daquela realidade. Postone defende que, com o seu procedimento, Marx mostra que os fenômenos mais concretos (preços, lucros, rendas), apesar de contradizerem a validade das determinações fundamentais da formação social (valor e capital), são a rigor expressões dessas determinações⁶.

⁶ Sendo paradigmático o caso do mais-valor, que se manifesta concretamente nas formas de juros, lucro e renda.

O autor sustenta a sua interpretação valendo-se da diferença, própria da análise marxiana, entre fenômeno e essência. Sob essa ótica, os preços representam forma de aparência do valor, forma essa que vela a essência, como Marx sublinhou inúmeras vezes. O que permite a afirmação de Postone de que a categoria do valor nem é a primeira aproximação da realidade capitalista, nem é, como se viu, categoria válida para sociedades pré-capitalistas. Ao contrário, expressa “o nexos interno das conexões” da formação capitalista.

Tais considerações permitem o autor defender que o desdobramento da apresentação de *O Capital* não tem como ser visto como processo de aproximação “da realidade” capitalista. Postone ampara sua análise indicando que, no Prefácio do Livro III, Marx não diz que vai examinar um sistema capitalista plenamente desenvolvido. Tampouco afirma que vai apresentar um novo conjunto de aproximações capazes de capturar de maneira mais adequada a realidade capitalista. Em lugar disso, Marx indica que as várias formas de capital, tais como desenvolvidas no livro, aproximam-se progressivamente da forma que assumem “na *superfície* da sociedade, na ação recíproca de diferentes capitais e na consciência ordinária dos próprios agentes da produção” (MARX, 2017, p. 53; grifo nosso). Em suma, a análise do valor (Livro I) é análise da essência do capitalismo; análise do preço (Livro III) é análise de como tal essência se manifesta na sociedade. Em síntese, o autor sugere que o argumento de Marx tem duas dimensões. Na primeira dimensão as categorias desenvolvidas no Livro I – mercadoria, valor, capital, mais-valor – são categorias estruturais e estruturantes da sociedade capitalista. A segunda dimensão, baseada nessas categorias, busca elucidar a natureza fundamental dessa sociedade e suas leis de movimento – isto é, o processo de constante transformação do capitalismo, da produção e de todos os aspectos da vida social. Tal natureza da sociedade e de seu movimento não tem como ser elucidada com categorias de superfície (preço, lucro, etc.). Em conclusão, o autor considera que Marx desdobra as categorias estruturais do capitalismo para mostrar como os fenômenos que contradizem essas

categorias estruturais são, de fato, formas de sua aparência⁷. Por essa razão Marx pode mostrar como as leis de movimento da formação social analisadas no plano estrutural são veladas no plano fenomênico.

Na conclusão de sua análise o autor chama atenção para aspectos muito importantes dessa relação entre os dois planos analíticos do argumento de Marx. De acordo com ele, os níveis analíticos de valor e preço compreendem uma relação entre o que neles é apreendido, e que pode ser vista como uma teoria (incompleta) da recíproca “constituição de estruturas sociais profundas e ação e pensamentos cotidianos”. Tal processo:

é mediado por formas de aparência dessas estruturas profundas, e que constituem o contexto do pensamento e da ação cotidianos. Pensamento e ação cotidianos estão fundados nas formas manifestas das estruturas profundas e, por sua vez, reconstituem tais estruturas profundas. Essa teoria procura explicar como as “leis de movimento” do capitalismo são constituídas pelos indivíduos e prevalecem mesmo se os indivíduos não estão conscientes de sua existência. (POSTONE, 2014, p. 160)

É por referência a esse nexos entre os dois planos analíticos que Marx, em diferentes momentos de sua obra, afirma que as categorias da economia política, da economia vulgar e da consciência cotidiana se movimentam no plano fenomênico. E adiciona que são formas de consciência objetivas, empiricamente plausíveis no plano fenomênico, que jamais transpassam⁸.

Como a especificidade histórica das categorias, para Postone, é fundamental para a teoria madura de Marx, ele tem de advertir que escapa ao âmbito do livro tratar das questões dos primeiros escritos de Marx. No entanto, não deixa de salientar a presença nas obras tardias de temas e conceitos dos primeiros escritos, que inclusive permanecem centrais, como, por exemplo, a crítica da alienação. Porém, ressalta que somente nas obras tardias são plenamente desenvolvidos ou alterados os conceitos dos primeiros escritos.

⁷ Do ponto de vista do realismo crítico, esse procedimento poderia ser explicado como uma inferência explanatório-causal. O realismo crítico enfatiza a diferença entre fenômenos e as forças, os mecanismos, as estruturas que os produzem. Cf., por exemplo, Bhaskar (1977).

⁸ Cf. Duayer (2001, 2006 e 2015).

Para destacar o movimento de Marx em direção à especificidade histórica, Postone aproveita a sugestão de Nicolaus, tradutor dos *Grundrisse* para o inglês, e comenta a mudança operada no modo de apresentação de Marx. Como se sabe, na Introdução de 1857-1858, Marx inicia com categorias gerais a-históricas: produção, consumo etc. A Crítica de 1859 (MARX, 1986), entretanto, inaugura um novo começo ao iniciar pela mercadoria e, portanto, pelo valor. Começo este que já havia sido ensaiado nas páginas finais dos *Grundrisse*.

Tem razão Postone ao acentuar o caráter crucial dessa descoberta, a saber, a mercadoria como ponto de partida. Com a mercadoria, Marx encontrou a categoria a partir da qual pôde estruturar seu modo de apresentação. De fato, as categorias da formação capitalista apresentadas em *O capital* são desdobramento do novo ponto de partida, a mercadoria. A abordagem de Marx, portanto, experimenta uma mudança substantiva: passa de um ponto de partida trans-histórico para outro historicamente determinado. A relevância de tal descoberta explica-se porque, no quadro teórico de Marx, a mercadoria é categoria própria da forma de relações sociais historicamente específicas, forma objetual, forma de prática social estruturante e estruturada, à qual corresponde uma forma radicalmente nova, impessoal, anônima, de interdependência social.

Essa forma de relações sociais historicamente específicas é caracterizada por uma dualidade também historicamente específica: valor de uso e valor; trabalho concreto e trabalho abstrato. Tomando a mercadoria – forma dualística –, Marx procura dela desdobrar a estrutura dominante da sociedade capitalista como uma totalidade, a lógica imanente de seu desenvolvimento histórico, além dos elementos da experiência social imediata que velam a estrutura subjacente da sociedade. Em uma palavra, a mercadoria, na estrutura da crítica marxiana, é a categoria essencial no núcleo do capital, cujo desdobramento esclarece a natureza do capital e sua dinâmica intrínseca.

Postone considera que, com tal virada, Marx passa a historicizar as suas concepções trans-históricas anteriores de contradição social e de existência

de uma lógica histórica intrínseca⁹. Segundo ele, ao assumir a especificidade histórica de seu objeto, Marx concentra-se na contradição social e lógica historicamente específica do capitalismo, resultante da dualidade própria das formas sociais básicas do capitalismo como, por exemplo, mercadoria e capital. Todavia, não nos parece, como pretende mostrar Postone, que Marx, ao investigar a formação histórica específica do capitalismo, assuma que contradição social e lógica histórica são exclusivas do capitalismo. Ao sustentar que Marx rejeita a noção de uma lógica histórica imanente do ser social, Postone parece expressar o difundido preconceito contra qualquer posição ontológica, tida como a-histórica.

Em oposição total a Lukács e Bhaskar, por exemplo, que afirmam o caráter incontornável da ontologia em todo proferimento, científico ou não¹⁰, Postone parece admitir unicamente a dialética histórica de uma formação social, o capitalismo. Com isso, só seria lícito investigar como a dialética do capitalismo “abre” as possibilidades de alguns futuros para além de si mesmo. Esse seria o máximo de historicidade cientificamente – não metafisicamente, nos termos de Postone – descortinável. De certa forma, e involuntariamente, diríamos, Postone parece, com isso, defender uma espécie de historicidade discreta.

Tem-se aqui uma concepção de história ou de historicidade incompatível com a determinação essencial e historicamente específica do ser social, ser que, ao produzir suas condições de vida, por definição transforma-se continuamente. As variadas formas de vida social são a evidência da historicidade específica daí resultante. Parece-nos, portanto, que, ao assumir tal posição, Postone diverge de Marx e, por conseguinte, contradiz a si próprio. Investigar algum tipo de legalidade que rege essa historicidade específica,

⁹ Tal negação da historicidade do ser social é problemática em Postone. Pois negar a teleologia no plano da sociedade como um todo, como o faz Lukács em sua obra *Para uma ontologia do ser social*, não implica negar um desenvolvimento histórico direcional do ser social e defender, como o fazem os neopragmáticos, pós-estruturalistas e pós-modernos, a história como contingência absoluta. Esse problema aparece em outros momentos da exposição de Postone. A esse respeito, vide nota 13.

¹⁰ Para uma discussão aprofundada, ver Duayer (2015).

ou seja, fazer história, na opinião de Postone, envolve a postulação metafísica de uma lógica. Por contraste, Lukács procurou em sua *Ontologia* investigar as tendências de desenvolvimento do ser social e, sem postular qualquer metafísica, pôde demonstrar que, a despeito de consistir de um complexo de complexos muitas vezes heterogêneos, é possível detectar legalidades que operam no desenvolvimento complexo do ser social e que lhe conferem uma direção, uma lógica de desenvolvimento¹¹. Certamente, como deixa claro o argumento de Lukács, não se trata aqui da lógica de um movimento linear, automático e finalístico.

Ainda com respeito às digressões filosóficas e metodológicas de Postone, seria interessante examinar as conclusões que extrai da justa constatação de que a “relativização histórica do objeto de investigação” por parte de Marx implica necessariamente a relativização de sua própria teoria. Assim procedendo, afirma Postone, Marx inaugura uma crítica social de novo tipo, autorreflexiva, e que não pode desfrutar de um ponto de vista privilegiado, “transistórico ou transcendental”. Nesse sentido, ele observa justamente que, na concepção marxiana, nenhuma teoria possui “validade absoluta, transistórica” (POSTONE, 2014, p. 165). Como toda teoria é um produto social e, em consequência, histórico, é um truísmo afirmar que nenhuma teoria tem validade absoluta. Noção que não poderia escapar de um autor como Marx, que jamais reivindicou para si um “ponto de vista teórico privilegiado ou extrínseco”.

A validade histórica de uma teoria depende, além da continuada existência de seu objeto, do seu permanente confronto com teorias rivais, pois essa é a única maneira de manter sua validade social. Validade de teoria não é resultado da comparação da teoria com o mundo, mas a comparação de teorias sobre o mundo¹², que delas naturalmente independe. Todavia, daí não se infere, como quer Postone, que não se pode ter uma teoria, não absoluta,

¹¹ Cf. Lukács (2012, p. 341).

¹² Apesar de evidente, não custa recordar que sempre que temos o mundo, o temos mediado por algum discurso, cultura, etc.

da história do ser social, *post festum* e, mesmo assim, transcendental em relação à forma social na qual a teoria está situada e enraizada¹³.

Fixado em sua ideia de que ontologia é sinônimo de a-histórico, Postone prossegue seu argumento de que não foi outra a razão, *i.e.*, para não ser trans-histórico, que Marx construiu a sua “apresentação crítica da sociedade capitalista contemporânea de modo rigorosamente imanente, analisando a sociedade em seus próprios termos” (*ibidem*, p. 166). Ora, “em seus próprios termos” são os termos com os quais a sociedade pensa a si mesma. Por isso, a crítica nada mais é do que tomar a descrição do outro ponto de vista em seus (dele) próprios termos e, a partir daí, criticá-lo. No entanto, isso só pode ser feito se assumo ponto de vista transcendente (em relação ao criticado). Em outras palavras, a crítica imanente sempre pressupõe um ponto de vista crítico, outro ponto de vista. Que, aliás, pode ser regressivo inclusive (romântico).

Que o ponto de vista da crítica é imanente ao seu objeto, como observa Postone, parece-nos evidente, como esclarecido acima. E também que ele está fundado no caráter contraditório da sociedade capitalista e que aponta para a possibilidade de sua negação histórica. Mas nada disso anula o fato de que tal contradição possa ser compreendida como contradição entre potencialidades emergentes do ser social e práticas efetivas. Enfim, nada disso impede pensar na historicidade dialética do ser social, sempre apreendida *post festum*.

Essas considerações críticas não anulam nem reduzem de forma alguma a contribuição de Postone para a restauração da dimensão crítica do pensamento marxiano. Aliás, a sua equivocada postura antiontológica – embora nominal, conforme procuraremos mostrar oportunamente – não é obstáculo para compreender que o modo de apresentação de Marx não é lógico-dedutivo, *i.e.*, “não inicia com primeiros princípios indubitáveis dos quais todo o resto é derivado” (*idem ibidem*), o que, para ele, pressuporia

¹³ Sobre o inusitado dessa posição, que pressupõe que a humanidade (o ser social) tem de ter uma relação a-histórica com sua história, ver Duayer (2011).

uma perspectiva trans-histórica. Entretanto, ele não percebe que os “princípios indubitáveis” constituem os axiomas estruturantes de uma ontologia, não importam os protestos ao contrário da tradição positivista, que só pode ser criticada desde outra ontologia, não necessariamente trans-histórica. Nesse particular, a afirmação de que crítica efetiva é crítica ontológica talvez seja conclusão consensual dos debates no interior da filosofia da ciência, debate inspirado por autores como Kuhn, Lakatos, entre outros¹⁴.

Há outro aspecto relevante da interpretação de Postone sobre o modo de apresentação de Marx. De acordo com ele, o argumento

tem forma reflexiva muito peculiar. A mercadoria, ponto de partida, é posta como núcleo estruturante fundamental da formação social. Mas esse ponto de partida é validado retroativamente no desdobramento do argumento por sua habilidade em explicar sejam as tendências de desenvolvimento do capitalismo, sejam os fenômenos que aparentemente contradizem a validade das categorias. Em uma palavra, a categoria da mercadoria pressupõe a do capital – e é validada pelo poder e o rigor da análise do capitalismo para a qual serve de ponto de partida.¹⁵ (*ibidem*, pp. 166-167)

Curiosamente, em outra digressão metodológica, Postone contradiz sua afirmação anterior ao sugerir que os argumentos de Marx, na derivação da existência do valor, são apresentados de maneira dedutiva, artifício que Marx teria usado para desmistificar as formas de pensamento da realidade social criticada (*ibidem*, p. 168). Ora, ou a apresentação não é lógico-dedutiva, como fora afirmado antes, ou é dedutiva com o dubitável propósito de desmistificação.

Postone reafirma que, em sua interpretação, é essencial a afirmação de que a análise de Marx do caráter específico do trabalho no capitalismo está no centro de sua teoria crítica. Se a mercadoria é forma social dualista e se tal dualismo da forma social estruturante essencial está relacionado ao

¹⁴ Para uma exposição mais detalhada da questão, ver Duayer (2011 e 2015).

¹⁵ Esse é o tipo de inferência, à diferença tanto da indução como da dedução, que Bhaskar (1989 e 1997) denomina de retrodutivo.

duplo caráter do trabalho produtor de mercadoria, então é preciso analisar esse duplo caráter, em especial a sua determinação particular – trabalho abstrato.

Considerando a distinção marxiana entre trabalho concreto, útil e trabalho abstrato, Postone enfatiza que, em Marx, esse último se trata de uma categoria social, apesar da aparência da exposição de Marx poder dar a impressão de uma noção biológica ou naturalística. Na formulação marxiana o trabalho humano abstrato constitui a dimensão de valor das mercadorias na qualidade de sua substância social.

O trabalho humano abstrato, naturalmente, é categoria social historicamente determinada, tal como expresso por Marx ao afirmar que “a forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também a mais geral, do modo de produção burguês” (MARX, 2013, p. 155, nota 32). O que significa dizer, salienta Postone, que se trata de um tipo particular de produção social e, *ipso facto*, historicamente específico.

Tendo em vista, portanto, que trabalho humano abstrato não é simples definição fisiológica, o seu significado social e histórico tem de ser examinado. De acordo com Postone, é preciso mostrar que o trabalho humano abstrato tem um caráter social, mas, talvez mais importante do que isso, analisar as relações sociais historicamente específicas nas quais se baseia o valor para explicar por que tais relações parecem trans-históricas, naturais. Postone defende que, desse modo, a categoria de trabalho humano abstrato seria examinada como determinação primária e inicial subjacente ao “fetiche da mercadoria” na análise de Marx. No capitalismo, as relações sociais apresentam-se sob a forma de relação entre coisas e, portanto, parecem trans-históricas.

Ainda sobre o trabalho abstrato, Postone considera que Colletti compreendeu que a teoria do valor de Marx é idêntica à teoria do fetiche. Nesse caso, o que deve ser explicado é por que o produto do trabalho assume a forma de mercadoria e, portanto, o trabalho humano aparece como o valor das coisas. E o conceito de trabalho abstrato é essencial para tal explanação. Todavia,

para Colletti, diz Postone, a grande maioria dos marxistas não esclareceu a categoria de trabalho abstrato, comumente entendida como generalização mental dos vários tipos de trabalho concreto, e não a expressão de algo real. Assim interpretado, o valor seria construção puramente mental.

Postone afirma que Colletti se opõe a essa interpretação e, com o objetivo de demonstrar que trabalho abstrato expressa algo real, ele examina a fonte e a significância da abstração do trabalho. Com tal propósito, ele se concentra, de acordo com Postone, no processo de troca, em que, para trocar seus produtos, as pessoas têm de igualá-los, operação que envolve a abstração das diferenças físico-naturais dos vários produtos e, por conseguinte, dos vários trabalhos.

O argumento de Colletti, segundo Postone, tem paralelos com o seu, bem como o de Lukács, Rubin etc. Como ele, Colletti considera valor e trabalho abstrato como categorias históricas específicas. Todavia, diz Postone, ele não fundamenta sua descrição de trabalho alienado, e tampouco explora as implicações de sua própria interpretação. Não vai do exame do trabalho abstrato a uma crítica mais fundamental da interpretação marxista tradicional. Por isso, foi incapaz de desenvolver uma crítica à forma de produção e à centralidade do trabalho no capitalismo.

Para fazer isso, a autor pensa que Colletti teria que pôr em discussão a concepção de trabalho do marxismo tradicional e, dessa forma, ser capaz de compreender que, em Marx, a análise do trabalho no capitalismo consiste em uma análise de uma forma de mediação social historicamente específica. Tendo sido incapaz de perceber isso, sublinha Postone, Colletti manteve-se nos limites de uma crítica social do ponto de vista do trabalho.

Na conclusão dessas considerações, Postone insiste que o desafio para a teoria consiste em analisar a categoria do trabalho abstrato de modo a servir como fundamento para a crítica do modo de produção capitalista.

Para evitar um tratamento redutor da teoria de Marx como autor de uma ciência econômica, Postone sugere que é preciso tratar suas categorias

essenciais – como mercadoria, valor e trabalho abstrato – como categorias próprias de um tipo específico de interdependência social. Forma de dependência, portanto, característica de uma sociedade em que a mercadoria é forma geral do produto e, portanto, o valor é a forma geral da riqueza.

Tal como foi visto no início desse trabalho, essa forma de interdependência emerge historicamente e só se desenvolve de maneira plena quando a força de trabalho deveio mercadoria. Desenvolvimento esse que pressupõe, como também se viu, a continuada dissolução das formações sociais pré-capitalistas. Postone procura demonstrar que o trabalho é o princípio constitutivo de tal interdependência e, com isso, imagina poder esclarecer as determinações mais abstratas da sociedade capitalista.

A característica mais marcante da análise marxiana da sociedade capitalista, a saber, a dominação social abstrata, o autor considera capaz de esclarecer a partir das determinações iniciais da forma de riqueza, de trabalho e das relações sociais dessa formação social.

Para tratar com mais detalhes dessa forma específica de interdependência social, Postone recorda o fato de que o produto do trabalho que produz mercadorias opera como meio para aquisição dos produtos dos demais produtores, razão pela qual deve ser útil – para os outros. O produto, portanto, é mercadoria: valor de uso para os outros e meio de troca para o produtor. Ao duplo caráter da mercadoria corresponde a função dual do trabalho, que, por um lado, é trabalho específico que produz valores de uso para outros e, por outro, trabalho que serve como um meio de compra. O resultado desse duplo caráter de mercadorias e trabalho, específico dessa interdependência social, implica que inexistente relação intrínseca entre natureza do trabalho despendido e a do trabalho que ele adquire. Por essa razão, segue-se que o trabalho de cada produtor não tem sentido para ele já que é só meio para adquirir o produto do outro. Em consequência, generalizando, pode-se dizer que daí resulta o fato de que o trabalho total ou a produção social não tem sentido para os produtores, ou melhor, o seu sentido está perdido para os produtores. Postone contrasta esse tipo de interdependência social com

as formações sociais em que não predomina a produção de mercadorias. Nessas formações a distribuição social do trabalho e de seus produtos é efetuada mediante uma grande variedade de costumes, laços tradicionais, relações manifestas de poder ou “concebilmente decisões conscientes”. Nesse particular, aproveitando observação de Polanyi, Postone ressalta que nas sociedades pré-capitalistas a economia está enraizada nas relações sociais, ao passo que no capitalismo moderno ocorre o oposto: as relações sociais estão enraizadas na economia. O ponto a destacar nesse particular é que, diferentemente das sociedades não capitalistas, na sociedade em que a forma mercadoria é universal não são as relações sociais manifestas que determinam o tipo de acesso dos indivíduos aos bens produzidos. É o próprio trabalho – ou seus produtos – que substitui tais relações (visíveis, manifestas, abertas). Consequentemente, o próprio trabalho constitui uma mediação social, substituindo, assim, as relações sociais manifestas. Talvez se possa dizer que aqui reside um dos principais momentos da reinterpretação do pensamento de Marx elaborada por Postone, quando ele destaca que o trabalho determinado pela mercadoria, em lugar de ser mediado por relações sociais “abertas”, “reconhecíveis”, é mediado por estruturas que ele próprio constitui. No mesmo sentido, diz ele, no capitalismo o trabalho e seus produtos medeiam a si mesmos; são socialmente automediados. Pode-se sustentar que essa é uma forma de mediação única, que, na estrutura da formulação da teoria marxiana, diferencia de maneira suficiente a forma capitalista de todas as outras formas de vida social, precisamente o que permite caracterizá-las como não capitalistas.

No capitalismo é justamente essa função do trabalho como atividade social mediadora que Marx denomina de trabalho abstrato, distinto do trabalho como atividade teleológica produtora de valores de uso, metabolismo do ser social com a natureza – trabalho concreto. Em virtude dessa sua função social historicamente específica, não é possível identificar o trabalho abstrato com um tipo particular de trabalho, nem tampouco com o trabalho concreto em geral. Pode-se dizer, portanto, que no capitalismo o trabalho tem duas funções sociais: como trabalho abstrato consiste em função social

particular única do trabalho, exclusiva do capitalismo; como trabalho concreto é função social “normal” como trabalho produtivo. Para esclarecer ainda mais a particularidade do trabalho no capitalismo, Postone chama atenção para o fato de que o trabalho tem caráter social em todas as formações sociais. E especifica de maneira esclarecedora que nas sociedades não capitalistas as atividades laborativas

são sociais em virtude da matriz de relações sociais manifestas em que estão incorporadas. A referida matriz é o princípio constitutivo de tais sociedades. Os vários trabalhos ganham seu caráter social por meio dessas relações [...] [e] são impregnados de significado pelas relações sociais que são o seu contexto. (POSTONE, 2014, pp. 176-177)

Se, como mostrou Postone, no capitalismo o próprio trabalho é a mediação social que substitui aquela matriz de relações abertas, pode-se concluir que não são relações sociais manifestas, abertas, que conferem ao trabalho o seu caráter social. Em lugar disso, conforme assinala o autor, o trabalho, na medida em que medeia a si mesmo, “constitui uma estrutura social que substitui o sistema de relações sociais manifestas”, a par de conferir a si mesmo um caráter social. Em síntese, tais considerações permitem afirmar que o “trabalho funda o seu próprio caráter social no capitalismo por ser atividade socialmente mediadora. Nesse sentido, *o trabalho no capitalismo deverá seu próprio fundamento social*” (p. 177; grifos do autor).

O trabalho determinado por mercadoria, específico da sociedade do capital, constitui uma totalidade, um tipo de todo social. Isso se explica por ser esse trabalho “uma mediação social autofundante” (*idem ibidem*). Observando a forma mercadoria é possível a compreensão da totalidade e da universalidade postas por esse trabalho. Toda mercadoria é particular (valor de uso) e geral (valor, mediação social); enquanto mediação social, é meio através do qual seu produtor participa da produção social, ou seja, é a objetivação da relação social indireta. Em suma, como o trabalho determinado por mercadoria e seus produtos (as mercadorias) não são reconhecidos como socialmente válidos por relações sociais diretas, abertas, eles têm que possuir a

dualidade de serem comprados por seu valor de uso e de serem vendidos por seu valor. O que exige que o trabalho produtor de mercadorias apresente um duplo caráter: trabalho útil, produtor de valores de uso, e trabalho abstrato, produtor de valor.

Postone adverte que o duplo caráter do trabalho no capitalismo só ocorre nessa sociabilidade. Evidentemente, em todas as formações sociais, capitalistas e pré-capitalistas, os diversos trabalhos concretos, úteis, nelas realizados são formas de trabalho em geral¹⁶. Todavia, ainda que todas as formas de trabalho desenvolvidas em todas essas formações sociais tenham em comum o fato de serem trabalho, no capitalismo o trabalho abstrato não pode ser entendido a partir do truísmo de que ele é o denominador comum de todos os trabalhos úteis realizados nessa formação social. Ocorre justamente o inverso: “é a função social do trabalho que o torna geral” (*ibidem*, p. 178), ou seja, a função social do trabalho determinado por mercadoria, ou seja, operar como objetivação dos laços sociais, determina o aspecto desse trabalho como trabalho abstrato, produtor de valor. A categoria trabalho abstrato, forjada por Marx, é a forma desse processo real de abstração que ocorre diariamente na sociedade do capital. Essa é uma sociedade na qual a produção de mercadoria é generalizada e, portanto, estruturadora da sociabilidade. Sociabilidade em queo trabalho de todos os produtores opera como meio, mediação para a obtenção dos produtos que cada produtor necessita e já não tem acesso por outros meios (relações de parentesco, de dominação pessoal ou direta) que não o próprio trabalho. Por isso, o trabalho abstrato surge e funciona como atividade mediadora. Ele é socialmente geral por ser a objetivação da mediação social e, dessa maneira, a própria mediação tem um caráter socialmente geral (*idem ibidem*).

¹⁶ Sobre trabalho em geral, vide a parte inicial da primeira seção do capítulo 5 do livro primeiro de *O Capital*. Em nosso entendimento, trabalho geral ou universal denota a característica própria da atividade humana de ter uma natureza finalística, teleológica. Já trabalho abstrato, tal como vem sendo conceituado até aqui, é essa atividade teleológica universal que no capitalismo tem a função específica de mediação social. Sobre essa questão ver Duayer e Araujo (2015).

Aqui precisamos realizar mais um esclarecimento. Sabemos que Marx inicia o livro primeiro de *O Capital* dizendo que a riqueza nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias. Pois bem, essa forma aparential da riqueza é dada pelos valores de uso dessa imensa coleção de mercadorias. Essa coleção de valores de uso, por sua vez, é produto do trabalho útil, concreto, de todos os produtores de mercadorias. Portanto, trata-se de uma coleção de trabalhos concretos na qual cada trabalho concreto particular é uma parte constitutiva da totalidade. Todavia, já sabemos que todo trabalho concreto individual realizado no interior da sociabilidade instaurada pelo capital constitui a mediação social específica dessa formação social. Desse modo, como cada trabalho individual funciona como mediação social, como laço social, tal como todos os outros trabalhos individuais (que são, todos eles, concretos e abstratos simultaneamente), a coleção de trabalhos abstratos não é a mera soma dos trabalhos abstratos individuais. Ao contrário, ela é

uma mediação social *geral* – em outras palavras, trabalho abstrato socialmente total. Assim, seus produtos constituem uma *mediação socialmente total: valor*. A mediação é geral não só porque liga todos os produtores, mas também porque seu caráter é geral – abstraído de toda especificidade material e de qualquer relação social particularmente manifesta. A mediação tem, então, a mesma qualidade geral no nível individual que tem no nível da sociedade como um todo. (*ibidem*, pp. 178-179; grifos do Autor)

Em síntese, o trabalho concreto do indivíduo, observado a partir da totalidade da sociedade, é particular e é parte dessa totalidade, que, tomada em seu aspecto qualitativo, é heterogênea. Esse trabalho individual tomado como trabalho abstrato é uma singularidade constitutiva “de uma mediação social geral”. Essa mediação social geral tomada em termos qualitativos é homogênea e “constitui uma *totalidade social*”. Por conseguinte, a totalidade social é a sociabilidade do capital, caracterizada por apresentar essa dualidade do concreto e do abstrato.

A forma mercadoria, para Postone, constitui relações sociais portadoras da dualidade de concreto e abstrato e envolve a instauração/ instituição/ corporificação de dois tipos distintos de generalidade. Ele assinala que já delineou a “natureza da dimensão social abstrata, que está enraizada na função do trabalho como atividade socialmente mediadora” (*ibidem*, p. 179) E evidenciou que nesse caso todas as formas de trabalho e todos os produtos desses trabalhos são tornados equivalentes. Em seguida, frisa que tal função do trabalho determinado por mercadoria estabelece “outra forma de comunidade entre tipos particulares de trabalho e de produtos de trabalho” (*idem ibidem*). Porque qualquer tipo “particular de trabalho pode funcionar como trabalho abstrato e todo produto de trabalho pode servir como mercadoria” (*idem ibidem*), tem-se que atividades e produtos que, em outras sociedades, podem não ser classificados como similares, o são no capitalismo, ou seja, como variedades de trabalho concreto ou valores de uso particulares. Em outros termos: a generalidade abstrata instaurada historicamente pelo trabalho abstrato assenta o trabalho concreto e o valor de uso como categorias gerais, “mas essa generalidade é a do todo heterogêneo, composto por particulares, e não a da totalidade homogênea” (*idem ibidem*). Postone defende que essa diferenciação entre as duas formas de generalidade (da totalidade homogênea e do todo heterogêneo) não pode ser esquecida ao considerarmos “a dialética das formas historicamente constituídas de generalidade e particularidade na sociedade capitalista” (*idem ibidem*).

Ainda que seja evidente, o autor destaca que a sociedade é engendrada por relações sociais e não por simples conjunto de indivíduos. E que, para a análise de Marx, o fundamental é a compreensão de que as relações sociais que caracterizam a sociedade do capital são muito diferentes das formas manifestas de relações sociais (relações de parentesco, de dominação pessoal ou direta) características das sociedades pré-capitalistas. As relações sociais nessas sociedades, além de serem manifestamente sociais, são qualitativamente particulares. Ou seja, não há uma relação social abstrata e homogênea que estructure, modele, todos os aspectos sociabilidade humana.

Na opinião de Postone, contudo, para Marx no capitalismo há algo diferente. Relações sociais abertas e diretas continuam a existir, todavia há um outro nível de inter-relação implícita que estrutura a sociedade do capital e que não pode ser compreendido apropriadamente tomando por centro da análise relações sociais manifestas entre as pessoas, grupos sociais ou classes sociais. Sem dúvida alguma a análise das classes e de suas lutas continua básica para a teoria crítica marxiana, entretanto, a elucidação das categorias valor, mais-valor e capital não pode devir em sua completude se as tomamos em termos de categorias de classe. Por esse motivo, o autor considera essencial destacar que: “[u]ma análise marxista que se mantém limitada a considerações de classe acarreta uma grave redução sociológica da crítica marxiana” (*ibidem*, p. 180, nota 87). Isso evidencia que, para ele, a teoria marxiana incorpora uma análise da exploração e da dominação de classe sem, no entanto, limitar-se à análise “da distribuição desigual da riqueza e do poder no capitalismo” (*ibidem*, p. 180), procurando desvelar a própria natureza da tessitura social, as suas formas específicas de riqueza (valor) e de dominação (impessoal, abstrata) as quais condicionam as relações de exploração e de classe.

O que produz a peculiaridade da tessitura social subjacente/ implícita do capitalismo é o trabalho determinado por mercadoria. Tal tessitura é constituída pela qualidade historicamente específica do trabalho no capitalismo, trabalho portador de um duplo caráter (produtor de valores de uso e de valor). Conseqüentemente, as relações sociais que são “específicas e características do capitalismo só existem por intermédio do trabalho (determinado por mercadoria)”. No entanto, já sabemos que trabalhar implica exteriorização e objetivação de capacidades e conhecimentos em produtos do trabalho, sendo isso próprio ao trabalho independentemente da formação social na qual ele é executado. Na sociedade do capital (e somente nela), ao lado dessa determinação do trabalho existe outra: o trabalho determinado por mercadoria é atividade socialmente mediadora, trabalho abstrato. No capitalismo a objetivação do trabalho concreto em valores de uso particulares e diversos é objetivação do trabalho como trabalho abstrato, o que

institui o laço social indireto entre o produtor individual e a totalidade dos produtores de mercadorias

Na interpretação de Postone, Marx nos mostra que o traço específico da sociedade do capital é que as relações sociais que caracterizam sua essência só existem de forma objetivada. Isso ocorre porque a sociabilidade do capital é constituída pelo trabalho abstrato (valor). Essas relações sociais apresentam um atributo objetivo e formal específico: elas não são manifestamente sociais e trazem por característica a dualidade contraditória do concreto e abstrato, do particular e do homogeneamente geral. O trabalho determinado por mercadoria institui relações sociais nas quais os laços sociais já não podem ser manifestos. Em lugar disso, engendra um âmbito de “relações sociais objetivadas que tem caráter aparentemente não social e objetivo e, como veremos, é separado do, e oposto ao agregado social de indivíduos e suas relações imediatas” (*ibidem*, p. 180). Portanto, como na sociedade do capital estamos no âmbito de relações sociais objetivadas, não podemos compreender adequadamente essa sociabilidade nos limitando às relações sociais concretas.

Às duas formas de trabalho (concreto, útil e abstrato), prossegue Postone, que se objetivam na mercadoria correspondem duas formas de riqueza social: valor e riqueza material. A riqueza material é dada pelo trabalho concreto, útil, específico, que gera produtos de qualidades e quantidades distintas. É uma forma de riqueza que evidencia a objetivação dos vários tipos distintos de trabalhos específicos, portanto, explicita a necessária “relação ativa entre a humanidade e a natureza” (*ibidem*, p. 181). Não obstante, considerada isoladamente, a riqueza material não cria a sociabilidade humana sob a lógica do capital e, tampouco, pode determinar as formas de distribuição do que foi produzido. Quando estamos diante de formações sociais nas quais a riqueza material é a forma dominante da riqueza social, temos relações sociais, manifestas, abertas, diretas.

Observando a forma de riqueza específica do capitalismo, o valor, Postone destaca que “ele é objetivação do trabalho abstrato” (*idem ibidem*). Significa

dizer que estamos diante de “uma forma autodistribuidora de riqueza”, pois a distribuição do produto produzido (mercadorias) é realizada pelo valor que lhe é inerente. Portanto, mais uma vez, evidencia-se que valor é categoria de mediação social. Nas palavras de Postone, valor é: “ao mesmo tempo uma forma de riqueza historicamente determinada, autodistribuidora e uma forma de relação social objetivada automediadora”. Destacando que a sua forma de mensuração é muito diferente da forma de medida da riqueza material, ele retoma o argumento de que o valor é uma categoria da totalidade social e, por essa razão, “é um momento individualizado da mediação social geral objetivada. Por existir em forma objetivada, essa mediação social tem caráter objetivo, não é abertamente social, é abstraída de toda particularidade e é independente das relações pessoais diretas” (*idem ibidem*). Dessa maneira, um nexos social na sociedade do capital é resultado da função do trabalho como mediação social. Portanto, o nexos social nessa formação “não depende de interações sociais imediatas, mas pode funcionar a uma distância espacial e temporal” (*idem ibidem*).

A mercadoria possui um duplo fator (valor de uso e valor) porque ela é a objetivação do duplo caráter do trabalho no capitalismo (trabalho concreto e trabalho abstrato – atividade socialmente mediadora). Segue-se daí que a mercadoria é o princípio estruturante da sociedade capitalista e, portanto, “a forma objetivada das relações das pessoas com a natureza e das pessoas entre si”. Por ser, além de produto, mediação social, a mercadoria

não é um valor de uso que *tem* valor, mas, como objetivação materializada do trabalho concreto e do trabalho abstrato, ela é um valor de uso que *é* um valor e, portanto, tem valor de troca. Mercadoria na sua duplicidade (concreto e abstrato, qualitativamente particular e qualitativamente geral-homogênea) é a expressão mais elementar do caráter fundamental do capitalismo. Como objeto, a mercadoria *tem* uma forma material, como mediação social, ela *é* uma forma social. (*idem ibidem*; grifos do Autor)

Antecipando alguns aspectos de uma teoria sócio-histórica de formas de subjetividade, Postone tenta referi-las à análise elaborada por Marx das

formas de prática estruturadas da sociedade como um todo. Segundo ele, o nível de análise das formas básicas de mediação social possibilita formular uma teoria que, não sendo funcionalista, não estabelece uma relação direta (sem mediações) entre pensamento e posição social e interesses sociais. Em tal teoria pensamento e subjetividade, de modo geral, seriam examinados a partir das “formas estruturadas de prática cotidianas que constituem o mundo social” (*ibidem*, p. 182). Sob essa ótica, alega o autor, até mesmo formas de pensamento distantes da prática social imediata, como por exemplo, a ciência e a filosofia, podem ter a sua constituição sociocultural fundamentada. Em suma, arremata o autor, “o próprio modo de pensar pode ser entendido em referência a formas sociais historicamente determinadas” (*idem ibidem*).

Postone faz um paralelo entre o Absoluto de Hegel – que funda a totalidade e, portanto, a si mesmo, operando como sujeito que é substância automovente – e a análise de Marx em *O Capital*. Aqui, ao apresentar estruturas e práticas da sociedade determinadas pela mercadoria, Marx nota que elas são o contexto em que emergem noções tais como aparência e essência, “a diferença entre aparência e essência, o conceito filosófico de substância e a dicotomia de sujeito e objeto, a noção de totalidade e no nível lógico da categoria capital, o desenvolvimento da dialética do sujeito-objeto idêntico” (*ibidem*, p. 183). Na análise do duplo caráter do trabalho no capitalismo – atividade produtiva e mediação social –, Marx vê tal trabalho como *causa sui* historicamente específica e não metafísica, precisamente porque tal trabalho medeia a si mesmo, funda socialmente a si mesmo. Tendo em vista que, para Marx, trabalho humano abstrato é referido com o termo filosófico “substância”, Postone sustenta que isso é assim porque o termo substância expressa uma totalidade social constituída pelo trabalho. Trata-se de uma totalidade porque é uma forma social constituída por uma “substância” geral e homogênea autofundante – o próprio trabalho. Com isso justifica-se a afirmação do autor de que a totalidade é autofundada, automediada e objetivada, existindo de maneira independente.

Novamente, em um paralelo com o pensamento hegeliano, para o autor as categorias marxianas apreendem a constituição de sujeito e objeto “com referência ao desdobramento de um sujeito-objeto idêntico”. Ele adverte, no entanto, que, em Marx, um sujeito objeto idêntico é compreendido em termos das formas categoriais das relações sociais sob o capital, que estão enraizadas no duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria, específico do capitalismo. De acordo com essa interpretação, em lugar da totalidade hegeliana, absoluta e eterna, em Marx o que se tem é uma totalidade historicamente determinada. Trata-se nesse caso de uma *causa sui* realmente existente, mas que, por ser social, não é o ponto final de seu próprio desenvolvimento. Ao contrário do Absoluto de Hegel, que se reconcilia consigo e encerra a história, conclui seu desenvolvimento, o valor (trabalho abstrato) em expansão, por sua lógica, reconstitui permanentemente as condições de seu movimento autoexpansivo. Portanto, o desenvolvimento da totalidade por ele constituída é infinito. Em presença desse movimento sem fim, Postone pode concluir que a superação do capitalismo pressupõe não a realização da “substância”, mas da abolição da função do trabalho como mediação social e, por consequência, supressão da totalidade.

3. Considerações finais

Em resumo, Postone afirma que, apesar da obviedade de que o trabalho enquanto interação metabólica do homem com a natureza é condição da existência da espécie humana e, claro, de toda e qualquer sociedade humana, “o que determina uma sociedade é também a natureza das suas relações sociais” (*ibidem*, p. 184). E a determinação da sociedade do capital, para seguirmos com Marx, tem por característica incontornável que suas relações sociais fundamentais são engendradas pelo trabalho. Isso se explica em razão de que o trabalho, que em todas as formações sociais – o capitalismo incluído – objetiva-se em produtos materiais (valores de uso), no capitalismo também se objetiva nas relações sociais objetivadas. É o duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria que arma uma esfera

social objetiva e aparentemente natural: uma totalidade que não é a mera soma das relações diretas e que (enquanto totalidade) se defronta com o “agregado de indivíduos e grupos como um Outro abstrato” (*idem ibidem*). O duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria (que só existe enquanto forma generalizada no capitalismo) opera de tal modo, que a esfera do trabalho no capitalismo medeia relações sociais que, em formações pré-capitalistas, existem de formas manifestas, abertas, diretas. O trabalho, nessas circunstâncias específicas, instaura uma esfera social aparentemente objetiva, resultante do fato de que o trabalho aqui tem a particularidade de ser socialmente sintético, qualidade que o trabalho, nas formações sociais pré-capitalistas, não possui. Em síntese, destaca Postone que: “O trabalho como tal não constitui uma sociedade per se; mas o trabalho no capitalismo constitui de fato essa sociedade” (*idem ibidem*; grifo do autor).

Naturalmente, o desdobramento da reconstrução da teoria crítica de Marx, tal como elaborado por Postone, envolve o tratamento da relação entre valor e estranhamento/ alienação, entre valor e fetiche das mercadorias etc., ou seja, a análise do valor como forma de dominação abstrata e, portanto, forma específica de dominação da sociedade do capital. Temas esses que, devido à limitação da forma do presente artigo, serão objeto de outro trabalho.

Referências

- ARAUJO, P. H. F. “Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, pp. 114-141, 2018a.
- _____. “As categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de O capital”. In: XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2018, Niterói, *Anais do XXII ENEP*. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2018b.
- _____. “Marx: Capital, Estado e política: notas”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, pp. 37-62, 2016a.
- _____. “Notas Críticas ao artigo ‘Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O capital’, por Bidet”, *Revista Verinotio*, v. 22, pp. 120-151, 2016b.
- BHASKAR, R. *Reclaiming Reality*. London:Verso, 1989, 218p.
- _____. *A Realist Theory of Science*. London:Verso, 1977, 284p.
- DUAYER, M. & ARAUJO, P. H. F. “Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone”, *Revista Em Pauta*, v. 13, pp. 15-36, 2015.
- DUAYER, M. “J.L. Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação”, *Margem Esquerda*, n. 24, pp. 86-110, junho de 2015.
- _____. “Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo”, *Margem Esquerda*, n. 17, pp. 88-99, 2011.
- _____. “Anti-realismo e absolutas crenças relativas”, *Margem Esquerda*, n. 8, pp. 109-130, 2006.
- _____. “Marx, verdade e discurso”, *Perspectiva*, v.19, n.1, pp.15-39, Florianópolis, jan./jun. 2001.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013, 845p.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012, 436p.
- MARX, K. H. *O Capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017, 980p.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, 894p.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, 788p.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural [Coleção Os Economistas], 1986, 242p.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014, 483p.